

Educação Ambiental



2003/2006

FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Brasil possui características que o colocam como um ator de relevante expressão na política ambiental global. É detentor de um dos patrimônios genéticos e naturais mais importantes do planeta, que abriga florestas na região Amazônica em dimensões únicas, e com recursos hídricos notadamente abundantes. Possui uma plataforma continental incomparável e significativa diversidade cultural, conferindo vasto e complexo patrimônio sociobiodiverso de dimensões continentais.

Nesse contexto, não poderia ficar omissa quanto às suas obrigações em estreitar o relacionamento com outras nações, motivo pelo qual se torna desejável criar mecanismos de articulação e interlocução internacional a partir da educação ambiental. Porém, a atual conjuntura demanda processos planetários de enfrentamento da problemática ambiental, não apenas estreitando os laços da governabilidade global, mas especialmente implementando campanhas educativas unificadas, mas diversas entre todos os países.

O fortalecimento da articulação internacional foi um dos objetivos da Diretoria de Educação Ambiental (DEA), por meio do intercâmbio e cooperação com outros países e organismos internacionais na matéria da educação ambiental, considerando o contexto da globalização, que demanda a existência de processos de articulação bi e multilaterais, bem como a potencialização das agências encarregadas da governabilidade global em torno do sistema das Nações Unidas.

Este caderno está subdividido segundo a lógica das regionalidades territoriais e culturais. Serão inicialmente apresentados os movimentos efetuados no âmbito global, a exemplo da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e o grupo de trabalho sobre Comunicação, Educação e Conscientização Pública da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A seguir, será abordada a região latino-americana e caribenha, apresentando as ações realizadas no âmbito do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA), da Rede de Formação Ambiental do Escritório Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ORPALC) e do Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA). Por fim, será mencionado o universo lusófono, com as ações desenvolvidas no marco do Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Angola e no escopo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A partir de recomendação expressa na Rio+10 em Johannesburgo, África do Sul, para que a Organização das Nações Unidas (ONU) oficializasse a Década Internacional dedicada aos esforços educativos para o meio ambiente, em dezembro de 2002 a Assembléia Geral da ONU baixou a Resolução nº 254, instituindo o período de 2005 a 2014 como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (CDRom). Sob responsabilidade da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para coordenar o processo, e assumida como oportunidade de implementação do Capítulo 36 da Agenda 21 (dedicado aos assuntos educativo-ambientais), foi considerada uma convocação para que programas de educação ambiental sejam assumidos nas diretrizes políticas dos governos.

Como o Brasil já era um país com longa trajetória e densa institucionalização da educação ambiental no governo e na sociedade, optou-se, durante o período inicial da vigência da Década, pela divulgação dessa iniciativa da ONU e pela problematização do vocábulo adotado: “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Ao assumir nomenclatura diferente – “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” – daquela outrora referenciada até os anos 90 – “Educação Ambiental” –, mas que vigora na atualidade especialmente no continente latino-americano, as dúvidas e questionamentos sobre suas intencionalidades e filiações político-pedagógicas requerem aprofundamento conceitual para o entendimento do que motivou a mudança do vocábulo.

Dessa forma, a primeira ação desenvolvida pela DEA foi a aplicação de questionário entre o público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Goiânia em 2004, para avaliar o grau de conhecimento e adesão dos/as educadores/as ambientais, tanto à iniciativa da ONU como ao novo vocábulo. Os resultados foram publicados no Documento Técnico nº 4, *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (CDRom), e disponibilizados gratuitamente também em formato eletrônico, na página virtual do Catálogo de Publicações do Órgão Gestor.

Também por ocasião do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, foi lançada a publicação *Identidades da Educação Ambiental Brasileira* (CDRom), obra organizada pela DEA, que reúne especialistas brasileiros em educação ambiental para apresentar e qualificar os sentidos pedagógicos das variações nomenclaturais existentes no Brasil, como forma de possibilitar reflexão contextualizada a partir do encontro com o novo vocábulo.

Em 2005, foi criado por esta unidade o Diretório de Documentos sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (www.deds.cjb.net), uma página virtual na internet que reúne mais de 80 documentos relativos a essa iniciativa, produzidos na China, Índia, México, Chile, Alemanha, Brasil, Canadá, França, Nova Zelândia, Espanha, e nas regiões da Comunidade Européia e Ásia; e sempre que possível, disponíveis em português. Ela foi concebida para cumprir um serviço público de democratização de informações, auxiliar a formação de Coletivos Educadores e para prover subsídios à formulação e gestão de políticas educativas voltadas à sustentabilidade. Estão disponíveis ainda, os documentos relativos às iniciativas a serem integradas na implementação da proposta, como a Década das Nações Unidas da Alfabetização, o Plano de Ação de Dakar de Educação

para Todos e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. As propostas e projetos de implementação dessas iniciativas, adaptadas à regionalidade brasileira ou latino-americana, quando existentes, também estão disponíveis nesta página.

A DEA esteve presente na ocasião do lançamento oficial da Década, durante o 1º Congresso Ibero-americano sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrido no Rio de Janeiro em 2 de junho de 2005. Também participou do Encontro Latino-americano Construindo uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina, uma iniciativa do Centro da Carta da Terra para Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade da Paz, realizado no período de 31 de outubro a 2 de novembro de 2006 na Costa Rica, objetivando a elaboração da estratégia de implementação da Década no continente latino-americano.

No início de 2006, a DEA publicou o Documento Técnico nº 6, *O desafio do Movimento Sharing Nature na Educação Ambiental Contemporânea* (CDRom), para registrar a visita ao Brasil do Dr. Furihata, coordenador da Associação Japonesa Nature Game. Na ocasião, foi apresentada na sede do IBAMA, em novembro de 2005, explanação sobre os antecedentes e o estado da arte da educação ambiental no Japão, com especial ênfase na trajetória de consolidação do Movimento Sharing Nature, inspirado na metodologia do Aprendizado Seqüencial de atividades educativas ao ar livre de Joseph Cornell, que encontrou grande receptividade naquele país. A publicação desse documento reveste-se de especial importância devido ao fato do Japão ter sido o país proponente da instituição da Década, por ocasião da Conferência de Johannesburgo.

Finalmente, foi criado em parceria com a Unesco, um kit de publicações a ser lançado no início de 2007, contendo três obras de especial interesse para a Década e editadas por esta unidade: o já mencionado *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*, o *Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável* e *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e Coletivos Educadores - Volume 1*.

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB)

A CDB é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente e funciona como um “guarda-chuva” legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição de marcos legais e políticos para temas e questões relacionados à gestão da biodiversidade em todo o mundo (168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram, tendo estes últimos se tornado Parte da Convenção).

A Conferência das Partes (COP) é o órgão decisório supremo no âmbito da CDB. As reuniões da COP são realizadas a cada dois anos em sistema de rodízio entre os continentes. Trata-se de reunião de grande porte que conta com a participação de delegações oficiais dos 188 membros da Convenção

sobre Diversidade Biológica (187 países e um bloco regional), observadores de países não associados, representantes dos principais organismos internacionais (incluindo os órgãos da ONU), organizações acadêmicas, organizações não-governamentais, organizações empresariais, lideranças indígenas, imprensa e demais observadores.

As últimas Conferências das Partes da CDB, por sua vez, previram a implementação da iniciativa de Comunicação, Educação e Conscientização Pública (CEPA), que diz respeito ao Artigo 13 da referida Convenção.

O Órgão Gestor da PNEA, por intermédio da DEA, tem cumprido no âmbito da educação ambiental o papel de implementação da referida iniciativa, bem como dialogado com as diversas ações em educação ambiental para a conservação da biodiversidade, desenvolvidas nos diferentes setores governamentais e da sociedade como um todo, fortalecendo-ás.

Esta unidade participou das seguintes ações:

- abertura oficial e deliberações dos procedimentos para os trabalhos da COP8;
- reunião com a coordenação nacional da COP8 para a manifestação do Brasil no Grupo de Trabalho (GT) Comunicação, Educação e Conscientização Pública da CEPA;
- reunião com representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) com relação à manifestação do Brasil no GT da CEPA;
- reunião do Comitê Informal de Assessoramento da CEPA na implementação da CDB;
- reunião de Ministros da Região Amazônica.

Com tais articulações, obteve-se como resultados o pronunciamento do Brasil no Grupo de Trabalho da CEPA, contemplando as ações da DEA e da Coordenação de Educação Ambiental (CGEA) do MEC; a inclusão dos pontos de educação ambiental nos compromissos dos países da Região Amazônica para a implementação da CDB e a inclusão das propostas da DEA e da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA) no componente 06 do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PAN-BIO).

APOIO AO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Vale registrar que o governo brasileiro, por meio da atual gestão da DEA, tem contribuído com a divulgação internacional do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (CDRom), o documento de referência do ProNEA.

Esta unidade propôs que o Tratado fosse considerado como um documento de referência em todos os programas bi e multilaterais de integração regional e cooperação internacional aos quais esta unidade está vinculada, tais como o PLACEA, o PANACEA, o Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Angola e a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No início de 2005, por ocasião da elaboração do primeiro projeto executivo do PLACEA, o Tratado foi proposto como documento de referência para o PANACEA. Em meados desse mesmo ano, o Tratado foi proposto como documento de referência para a elaboração do ProNEA – Angola, no marco do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Angola.

Em abril de 2006, para dar um destaque ao Tratado, foi realizado o Evento Especial no âmbito do V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental para revisar o documento e debater as necessidades ou não de sua atualização. Ainda em abril, durante a 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental na América Latina e Caribe, evento integrado ao V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, o Tratado foi proposto como documento de referência para o PLACEA. Em novembro de 2006, no Encontro Latino-americano “Construindo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina” realizado na Costa Rica, a DEA, com o compromisso de apoiar a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, mais uma vez recomendou que o Tratado fosse considerado como um documento de referência.

PROGRAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PLACEA)

O Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) (CDRom) nasceu em 1992, durante o I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado na cidade de Guadalajara, México, a partir da idéia de se criar, fortalecer e consolidar um mecanismo regional de cooperação em educação ambiental.

Diante da necessidade de se propiciar espaços para a análise do processo educativo-ambiental na região ibero-americana, estabelecer processos de reflexão conceitual e metodológica, criar e consolidar vínculos de intercâmbio e cooperação e constituir ou fortalecer as estruturas de apoio para difundir e dar continuidade às ações da região, em particular nos congressos e outras reuniões técnicas (as quais freqüentemente se perdem por falta de financiamento, difusão, coordenação e acompanhamento), a organização do III Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental criou uma comissão encarregada de elaborar um documento para discussão, intitulado “Projeto Ibero-americano de Educação Ambiental”.

Para estabelecer um espaço de discussão técnica da proposta, convocou-se uma reunião no âmbito do III Congresso, que foi denominada 1º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, que ocorreu na Venezuela, na cidade de Caracas, em outubro de 2000. Representantes de organismos nacionais encarregados de definir as políticas de educação ambiental em cada país do âmbito ibero-americano foram convidados a participar da reunião. Estiveram presentes representantes governamentais de oito países da região, além de nove observadores de países que não puderam enviar representantes oficiais.

Considerando a criação de um mecanismo de integração e cooperação como o apresentado, de grande importância para a região, os participantes do Simpósio recomendaram ao governo da Venezuela que desenvolvesse mecanismos que permitissem aprimorar a proposta e discuti-la com

os governos da região. As recomendações do Simpósio foram expressas através do documento conhecido como Declaração de Caracas, que foi aprovado por unanimidade pela plenária final do III Congresso.

As discussões para criação do Programa tiveram continuidade em junho de 2003, no 2º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, ocorrido no marco do IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado na cidade de La Havana, Cuba, contando com a participação da DEA. Nesse momento, considerou-se o Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe como a instância mais adequada para discutir e implementar o Programa. Recomendou-se que o mesmo fosse apresentado e discutido em sua XIV reunião, que se realizaria em novembro de 2003 na República do Panamá, envolvendo o encarregado da elaboração do documento executivo, o Escritório Regional para América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ORPALC).

Em decorrência dessa reunião, e em cumprimento à Decisão nº 10 do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, o governo da Venezuela promoveu e realizou em novembro de 2004 a 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, na Ilha Margarita, para definir a operacionalização do PLACEA.

A reunião contou com a participação de delegados e observadores representantes dos ministérios do meio ambiente de quinze países latino-americanos e caribenhos (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana e Venezuela), e culminou com a elaboração do plano de implementação do PLACEA, contido no Informe Final da 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, também intitulado "Acordo de Margarita".

Foram definidos três âmbitos prioritários de ação para o PLACEA:

- formação de gestores ambientais;
- educação ambiental em comunidades e suas escolas;
- programas de formação nos centros de educação superior.

Esses âmbitos não devem ser considerados como elementos separados, mas como um sistema de relações que conecta as comunidades e suas escolas, assim como os gestores ambientais aos processos de conhecimento da dinâmica e problemática ambiental e aos processos sociais nas comunidades onde se apresentam os problemas ambientais.

Em abril de 2006 ocorreu, sob a coordenação da DEA, a 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe, na cidade de Joinville (SC), Brasil, como um evento integrado ao V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental. Essa segunda reunião contou com a presença de representantes das autoridades ambientais e ministérios do meio ambiente de quatorze países da América Latina e Caribe (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) e contou também com a presença de observadores de outras entidades governamentais e da sociedade civil.

Nessa ocasião produziram-se alguns acordos que constam no Informe Final da 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental da América Latina e Caribe. Os principais destaques desses acordos são: o compromisso assumido pelos representantes oficiais em convidar os ministérios da educação da região latino-americana e caribenha a ingressarem no PLACEA, bem como apresentar o Programa aos Foros de Ministros de Educação no âmbito dessa região; a difusão e promoção da atualização do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global em cada país membro do PLACEA, bem como a consideração desse documento e do Manifesto pela Vida na implementação do Programa; e o comprometimento dos representantes com a incorporação dos programas audiovisuais ambientais de caráter educativo na programação da Telesul.

A implementação do PLACEA ocorre inserida no marco da Rede de Formação Ambiental do PNUMA/ORPALC, em diálogo com o Plano de Ação de Barbados, e articulada as oito áreas temáticas prioritárias definidas pelo Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe no Plano de Ação Regional da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC):

- acesso aos recursos genéticos e distribuição equitativa dos benefícios;
- gestão de recursos hídricos;
- assentamentos humanos;
- energias renováveis;
- comércio e meio ambiente;
- instrumentos econômicos e política fiscal;
- mudança climática;
- indicadores ambientais.

REDE DE FORMAÇÃO AMBIENTAL DO PNUMA/ORPALC

A Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe, uma iniciativa do PNUMA/ORPALC, constituiu-se num dos primeiros programas de cooperação ambiental entre o PNUMA e os governos da região. O programa foi originado a partir de uma solicitação dos governos da América Latina e Caribe ao PNUMA, para a criação de uma rede de instituições de formação ambiental para profissionais da região. Criado em 1981 e implementado em 1982, durante a I Reunião de Ministros do Meio Ambiente, o programa esteve inicialmente orientado para a incorporação da dimensão ambiental na educação superior e na capacitação profissional. A partir de 1995, foram incorporadas outras linhas programáticas, acordadas durante a IX Reunião do Foro de Ministros do Meio Ambiente:

- apoio e desenvolvimento de um sistema de pós-graduação em meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- apoio à capacitação de docentes do ensino formal;
- apoio à capacitação comunitária para o desenvolvimento sustentável;
- organização de fóruns de política ambiental;

- desenvolvimento de um programa editorial com textos básicos e manuais para educação, capacitação e formação ambiental.

O programa tem, como objetivo principal, a coordenação, promoção e apoio de atividades no âmbito da educação, capacitação e formação ambiental na região. Para isso, a Rede coordena e oferece assistência para a realização de cursos e o desenvolvimento de programas de formação ambiental, atividades de capacitação ambiental no âmbito comunitário e a promoção do desenvolvimento de estratégias de políticas de desenvolvimento sustentável. Cada país que integra o programa da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe define um representante no governo, chamado de Ponto Focal, que no MMA está localizado na DEA.

Uma de suas ações foi o resultado do 1º Encontro de Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata realizado em Foz do Iguaçu no período de 29 a 31 de agosto de 2006, com a participação de 72 especialistas em educação ambiental e de diversos atores socioambientais do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nesse evento foi lançado o “Pacto dos Diálogos dos Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata”, por intermédio do qual foi acordado criar o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, para que fosse um espaço demonstrativo promotor de vivências democráticas, autônomas, participativas, sensíveis, criativas, estéticas, éticas e sustentáveis. Com o apoio da DEA, o Centro foi inaugurado em 30 de novembro de 2006, em Foz do Iguaçu (PR).

Além dessa ação, desde seu início a Rede realizou atividades na maioria dos países da região, envolvendo mais de 100 universidades e centros de capacitação, o que resultou na formação de mais de 20.000 profissionais. Como outra atividade desempenhada, está também a participação do diretor executivo do PNUMA em eventos sobre educação ambiental e de meio ambiente nos países do continente, sempre referendada pelo Ponto Focal Nacional da Rede.

FUNDO FIDUCIÁRIO DA REDE DE FORMAÇÃO AMBIENTAL DO PNUMA/ORPALC

Para assegurar os recursos para o bom funcionamento das ações da Rede de Formação Ambiental do PNUMA/ORPALC, o Fundo Fiduciário foi criado em 1989 durante a VII Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente, realizada em Brasília (DF). Originalmente previsto para ter uma duração de dois anos e meio, foi estendido indefinidamente. Cada país, por intermédio de suas respectivas autoridades ambientais, contribui com uma cota anual voluntária, que deve ser paga antes do dia 30 de maio para cada exercício anual. Com previsão orçamentária de US\$ 195.000,00 anuais, foram definidas três categorias de cotas, segundo a possibilidade de contribuição dos países: US\$ 20.000,00 (categoria onde se enquadra o Brasil), US\$ 10.000,00 e US\$ 5.000,00.

O Brasil manteve em dia sua cota de contribuição até 1995. Em 1996 contribuiu com US\$ 17.647,00. De 1997 em diante não contribuiu com nenhum valor, à exceção do ano de 2000, que contribuiu com US\$ 19.629,00 e 2002, com US\$ 37.192,00. A dívida brasileira junto ao Fundo Fiduciário remontava ao final de 2006 à quantia total de US\$ 103.198,00 (quadro abaixo).

Quadro 1: Fluxo das contribuições brasileiras ao Fundo Fiduciário da Rede de Formação Ambiental (US\$)

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	17.647	0	0	0	19.629	0	37.192	0	0	20.000	20.000

PLANO ANDINO-AMAZÔNICO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PANACEA)

Sob iniciativa e coordenação do Conselho Nacional do Ambiente do Peru, entre os meses de agosto e setembro de 2005 foi realizado um processo de consulta e diálogo com representantes governamentais e de organismos internacionais da região andino-amazônica¹, visando a elaboração de uma proposta concreta de implementação de ações conjuntas de comunicação e educação ambiental no marco do PLACEA.

A construção coletiva desse projeto comum aos países andino-amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela) culminou em 27 de outubro de 2005, quando ocorreu em Lima, no Peru, o 1º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental. O encontro objetivou a finalização da primeira versão desse plano de ação, o lançamento regional da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e o compartilhamento de experiências de políticas e reflexões conceituais sobre o tema. Para essa ocasião, foram convidados ainda alguns organismos internacionais, a exemplo da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Comunidade Andina de Nações (CAN), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Parlamento Andino e Parlamento Amazônico. Como resultado desse encontro, foi formulado um acordo que prevê três linhas de ação:

- políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de educação ambiental;
- comunicação para a educação e a gestão ambiental;
- formação, capacitação e investigação em comunicação e educação ambiental.

Na continuidade da elaboração e implementação do PANACEA, foi realizado o 2º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental, em Iquitos, Peru, em 22 de fevereiro de 2006, objetivando aprofundar o detalhamento das linhas de ação.

O PANACEA representou uma importante conquista na articulação regional em comunicação e educação ambiental, e exigirá dedicação e esforço dos países andino-amazônicos para sua efetiva implementação, sendo esse aspecto tão importante para viabilizá-lo quanto o aporte financeiro. Para contemplar estes dois pontos, um passo importante foi dado, a construção do Projeto “Educomunicação Ambiental sobre espécies da flora, da fauna e ecossistemas prioritários na região Andino-amazônica” que tem previsão de iniciar sua implementação em 2007, contando com apoio financeiro da Agência Interamericana para a Cooperação e o Desenvolvimento (AICD).

¹ Processo do qual participaram 31 instituições e 61 especialistas de sete países.

Em função dessas articulações em torno do PANACEA, para estruturar um acordo político mais formal e duradouro entre Peru e Brasil, foi elaborada uma Carta de Intenções entre o MMA e o MEC do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Nacional do Ambiente do Peru, visando o estabelecimento de parceria e cooperação em políticas, programas e projetos nacionais de educação ambiental, objetivando a conjugação de esforços para a implementação do PANACEA.

V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ao final de cada edição da série de congressos ibero-americanos de educação ambiental, apresenta-se à plenária os países candidatos a sediar a edição seguinte. Assim, na solenidade de encerramento do IV Congresso, realizado em 2003 em Cuba, o Brasil foi escolhido para sediar a quinta edição.

O V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, com o tema “A contribuição da educação para a sustentabilidade planetária” aconteceu de 05 a 08 de abril de 2006, em Joinville (SC) reunindo cerca de 4.300 participantes oriundos de vinte e três países da região ibero-americana.

Pela primeira vez no Brasil, representantes de governos ibero-americanos, instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, movimentos sociais, empresários, sindicalistas, comunidade acadêmica, educadores/as, professores/as e estudantes, além de representantes de organismos internacionais e regionais, reuniram-se para discutir as potencialidades deste campo do conhecimento na construção da sustentabilidade planetária.

Dando continuidade à construção da identidade da educação ambiental ibero-americana, o V Congresso foi uma promoção do MMA e MEC do Brasil, por intermédio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em parceria com o Governo do Estado de Santa Catarina, a Prefeitura Municipal de Joinville e diversas outras entidades. O V Congresso, realizado no âmbito da Rede de Formação Ambiental do PNUMA/ORPALC, representou um marco na integração regional dos/as educadores/as ambientais ibero-americanos/as.

Contou-se com a colaboração de 85 destacados/as educadores/as ambientais de 12 países, que representaram a Comissão Temática, equipe responsável pela estrutura e programação do evento, bem como pela análise dos 1.499 trabalhos apresentados pelos participantes do evento.

Em três conferências e 13 mesas redondas, que ocorreram no período da manhã do evento, 56 renomados profissionais de vários países trouxeram suas reconhecidas contribuições teórico-metodológicas e práticas para estimular a problematização sobre a contribuição da educação ambiental para a sustentabilidade planetária. No turno da tarde, foram realizados 26 grupos de trabalho, 30 oficinas e 30 mini-cursos, além da apresentação de trabalhos (134 apresentações orais e quase 1.500 trabalhos em painéis).

Durante o V Congresso, foi realizado o Evento Especial “Diálogos em torno do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, que iniciou um processo de revisão do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. A esse respeito, cumpre destacar que se considerou o documento atual, e portanto, não se recomendou nenhuma alteração substancial que modificasse a sua essência, conforme explicitado no documento produzido na ocasião, a “Carta Aberta sobre o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”.

Ocorreram ainda outras atividades integradas, como o III Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação, onde foram apresentadas as diversas experiências das políticas e estratégias nacionais de educação ambiental; e a 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental na América Latina e Caribe, na qual se consensuou a necessária aproximação dos ministérios da educação e do meio ambiente em cada país, para, juntos, trabalharem pela implementação do PLACEA.

Ocorreu também uma reunião do movimento da juventude unida pelo meio ambiente, representado por cerca de 60 jovens da Argentina e do Brasil, que vêem na questão ambiental um imperativo essencial para suas vidas, na perspectiva da mobilização para um planeta sustentável, expresso na Carta das Juventudes Ibero-americanas.

Por se tratar de um país de língua portuguesa, oportunizou-se a realização do Simpósio Lusófono de Educação Ambiental, onde se testemunhou a consolidação de um novo circuito de intercâmbio internacional em educação ambiental. Dessa vez, reunindo os países de língua portuguesa de três continentes - América do Sul, a África e a Europa - , logo após o nascimento da Rede Lusófona de Educação Ambiental realizada na Jornada Pedagógica da ASPEA em Portugal em 2005.

O V Congresso abrigou ainda uma feira de economia solidária e comércio justo, para recuperar uma dimensão vital da sustentabilidade, a econômica, ressaltando as similaridades e convergências existentes entre os princípios da educação ambiental e da economia solidária.

A organização brasileira procurou contribuir com mais um passo na consolidação de uma metodologia de organização desse evento que fosse contínua, permanente, integrada e democrática, auxiliando assim o fortalecimento desse instrumento de cooperação internacional, na medida em que se definiu um formato de evento onde fosse possível articular momentos de reflexão e debate sobre o estado da arte atual da educação ambiental, com a apresentação do panorama das estratégias e políticas públicas nacionais em educação ambiental, com a troca de experiências e práticas das ações realizadas na educação ambiental pelos mais diversos setores sociais, com a formação profissional continuada, e também com a definição de recomendações de natureza política para fomentar tanto políticas setoriais e transversais, como a cooperação internacional e a estruturação de um sistema integrado e orgânico de planejamento e gestão da educação ambiental no âmbito ibero-americano.

Foram estimuladas a criação de Comissões Locais em cada país ibero-americano, compostas por entidades governamentais, da sociedade civil organizada e da universidade, em estreito diálogo com a Rede de Formação Ambiental da América Latina e Caribe, para manter viva a essência do V Congresso Ibero-americano. Foi estimulada ainda a criação de uma Comissão de Continuidade unindo

os países sede de cada edição passada do Congresso, para assegurar a memória das edições anteriores e para viabilizar o trabalho contínuo e participativo ao longo do período interseccional, coordenado pelo país anfitrião da última edição realizada.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE BRASIL E ANGOLA

Por solicitação do governo angolano e com base no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, assinado em 11 de junho de 1980, e com o Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola”, firmado em 3 de novembro de 2003, iniciou-se o processo de apoio da DEA à elaboração do programa nacional de educação ambiental angolano, contemplando ainda a formação em educação ambiental de gestores públicos.

Com a assinatura oficialmente firmada entre os governos brasileiro e angolano em maio de 2006, e com prazo de vigência de 18 meses (até outubro de 2007), o acordo contempla os seguintes objetivos específicos:

- criação de um espaço de interlocução bilateral em educação ambiental entre Angola e Brasil;
- levantamento do estado da arte da educação ambiental em Angola por intermédio de análise documental e de visita técnica;
- realização de Oficinas de formação/capacitação de gestores e editores em educação ambiental angolanos no Brasil;
- definição das estratégias e diretrizes para a elaboração do Programa;
- apoio à criação e fortalecimento de estruturas institucionais para a gestão da educação ambiental em Angola (coletivos e colegiados para a organização social dos profissionais, troca de informações, deliberação política da matéria concernente à educação ambiental);
- apoio à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola.

Em outubro de 2006, foi realizada a missão técnica brasileira em Angola, com a participação de três membros desta unidade, para iniciar a construção do processo por intermédio do diálogo com diversas entidades do governo e da sociedade civil, além de empresas brasileiras de construção civil e infra-estrutura atuantes naquele país.

Durante essa missão, foram formadas quatro comissões responsáveis pela elaboração da primeira versão do ProNEA-Angola, cujo documento deverá ser apreciado e finalizado (para então ser submetido à consulta pública) por ocasião da missão angolana no Brasil, prevista para ocorrer de 24 de fevereiro a 12 de março de 2007.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Entre os dias 24 e 26 de maio de 2006, ocorreu em Brasília (DF) a terceira reunião de ministros do meio ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)², e, por intermédio da Declaração de Brasília, avançou-se na consolidação da matéria ambiental entre as ações de cooperação da entidade. Foi adotada a Plataforma de Cooperação na Área Ambiental e as delegações presentes acordaram definir a educação ambiental como uma das oito áreas prioritárias, cuja gestão encontra-se sob responsabilidade compartilhada entre Angola e Brasil.

Com base nisso, foi elaborado pela DEA o projeto “Educação Ambiental na CPLP no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, no qual se propõe a criação de centros de informação e referência em educação ambiental em cada país membro e a realização de um seminário no âmbito desta comunidade para debater a construção de um programa integrado de educação ambiental da CPLP. O projeto será encaminhado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores para apreciação na reunião geral de pontos focais, a ser realizada em Portugal no início de fevereiro de 2007.

Por ocasião da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, ocorrida entre 16 e 17 de julho de 2006 na Guiné-Bissau, que objetivava entre outras deliberações acordar um projeto de resolução sobre meio ambiente, esta unidade recomendou a inclusão da educação ambiental para garantir novos e duradouros valores, comportamentos e atitudes voltados à proteção e melhoria da qualidade ambiental. Nesse sentido, recomendou-se o apoio à criação de um programa de educação ambiental da CPLP, por intermédio do qual os países membros dessa comunidade terão um mecanismo de articulação e cooperação para o desenvolvimento de ações integradas e campanhas educativas sobre meio ambiente.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Em função dos avanços institucionais internacionalmente reconhecidos, existentes na educação ambiental brasileira, esta unidade tem sido frequentemente convidada a participar de eventos em educação ambiental de caráter nacional e internacional para exposição do estado da arte da educação ambiental brasileira, particularmente com relação à implementação da PNEA. Além disso, ocorreram diversas reuniões de trabalho em cujos processos o Brasil se inseriu cooperativamente. Nesse sentido, durante a gestão 2003-2006, o MMA, por intermédio desta unidade, esteve presente nos seguintes eventos:

- IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental (Cuba, 2003);
- 1ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental na América Latina e Caribe (Venezuela, 2004);

² Composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste.

- 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental na América Latina e Caribe (Brasil, 2006);
- 2º Encontro Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (Peru, 2006);
- 1º e 2º Congressos de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável da República Argentina (Argentina, 2004 e 2006);
- V Congresso de Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável (Cuba, 2005);
- XIII Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (Portugal, 2006);
- Encontro Latino-americano “Construindo a Educação para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina” (Costa Rica, 2006).
- Seminário Galego de Educação Ambiental (Galícia, Espanha, 2006)

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria Executiva
Diretoria de Educação Ambiental

